

“Oriente” e “Ocidente” na obra de Karl Marx

LUÍS ANTONIO GROPPA

PROFESSOR DO PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO
DE SÃO PAULO (UNISAL)

Há uma porção da obra de Karl Marx que, apesar da sua importância e extensão relativas, merece a atenção. Trata-se dos momentos em que Marx discute os povos “orientais” e a relação entre “Oriente” e “Ocidente”. O interesse por este aspecto de Marx foi despertado pelas aulas do professor Octávio Ianni no curso de Mestrado em Sociologia, na Universidade Estadual de Campinas. São dele as idéias de que há um “contrabando” do orientalismo na obra de Marx e de que há um constante desafio – material, humano e imaginário – vindo do Oriente para a modernidade ocidental. Outra importante inspiração é a obra de Edward Said, que discute também a porção “orientalista” das idéias de Marx.¹ Em parte, este artigo retoma sugestões de Said, mas, em contrapartida, analisa de forma mais detida algumas passagens dos principais artigos de Marx sobre os povos orientais. E, diferente de Said, pretendo menos “julgar” Marx e mais refletir sobre como, hoje, se poderia retomar a ainda revolucionária obra de Marx sabendo ver nela também um produto do seu tempo. Ou seja, também Marx deve ser lido, como qualquer outro autor, clássico ou não, levando-se em conta o momento histórico e a sociedade da qual fez parte.

A retomada de Marx neste viés é também fruto das preocupações de nossa própria época – em que as heranças mais profundas do “iluminismo” e da civilização ocidental estão em questão. Hoje, melhor no que no século XIX – o tempo de Marx –, pode-se perceber o quanto o Ocidente só pôde – e pode – ser definido num constante contraste – em parte real, em parte

¹ Edward W. Said. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 209.

artificial – com povos e terras que se apresentam como diferentes. Na delimitação do “Outro” – selvagem, primitivo, bárbaro, oriental ou subdesenvolvido – a civilização ocidental traça os seus próprios limites. Ao mesmo tempo, numa inter-relação complexa e contraditória, ocidentalização (a modernidade capitalista) e orientalização transformaram e transformam as faces do planeta – ainda que o papel mais ativo tenha cabido ao Ocidente nos últimos séculos.²

Marx, como homem europeu e do século XIX, tem nos seus escritos um notável “contrabando” de preconceitos eurocêntricos, “orientalistas” e evolucionistas quando trata do “Oriente” e das relações Leste/Oeste. Pode-se desculpar Marx, dizendo que são obras menores, escritas mais por necessidade econômica do que intelectual para o jornal norte-americano *Daily Tribune*. Além disto, mesmo nestas obras menores, alguns trechos destacam-se com a imponência intelectual do gênio de Marx e vão além do terreno comum e dos preconceitos.

O problema, entretanto, é que estes “contrabandos” intelectuais do orientalismo e eurocentrismo estão presentes, mesmo que sub-expressos, em trechos das obras mais importantes de Marx, quando uma imagem do “Oriente” vem contrastar com a dinâmica e revolucionária sociedade burguesa. O “Oriente” torna-se muito mais uma imagem oposta ao Ocidente capitalista que ele próprio em realidade. Marx torna-se um pouco o “orientalista” tão criticado por Edward Said.³

Marx, mesmo partindo quase sempre de uma crítica moral ao colonialismo europeu, por várias vezes recairá numa conclusão – que se acredita pretensamente mais objetiva e científica – que considera o curso da História como imprescindível expansão da sociedade capitalista, ou seja, comércio, economia e cultura do Ocidente, sobre o Oriente. Conforme Said, “os orientais raramente eram vistos ou olhados: a visão passava através deles, e eram analisados não como cidadãos nem como povo, mas como problema a serem resolvidos, ou confinados, ou... conquistados”.⁴

² Ver Octavio Ianni. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, cap. III e IV.

³ Edward Said. *Op. cit.*

⁴ Edward Said. *Op. cit.*, p. 213.

Não se trata tanto de analisar um Marx profeta ou cientista infalível, mas, antes, um homem europeu do século XIX. Alguém que critica a ofensa humana do capitalismo dentro da Europa e no Oriente, mas que, de certo modo, sucumbe diante da elevação do seu mundo e da sua cultura – a ocidental – ao topo da História universal. O terrível, o desumano, ou seja, o capitalismo e a sociedade burguesa, pela dialética, tornam-se coisas “necessárias”: “Apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da história ao realizar essa revolução (social na Índia)”.⁵

Para vários comentadores, Marx, teria superado o reles humanismo dos críticos do colonialismo europeu ao relatar a positividade do avanço econômico e social que, depois da rapina, os europeus poderiam trazer aos povos conquistados, transformando as sociedades tradicionalistas “orientais” em sociedades similares às ocidentais. Contudo, como hoje sabemos, este papel “construtor”, baseado numa concepção do capitalismo como força universal irresistível e homogeneizadora, teve e ainda tem seus muitos poréns.

A maior parte dos textos de Marx sobre os povos “orientais” é composta de artigos para o *New York Daily Tribune*, jornal norte-americano que, até 1850, esteve sob influência da esquerda *Whig*. Depois se tornou o jornal oficial do Partido Republicano, mas, até 1860, manteve posições progressistas e antiescravistas. Marx começou a colaborar em agosto de 1851, tratando de problemas de política internacional, sobre movimentos operários e questões econômicas da Europa. Vários artigos publicados em nome de Marx foram, na verdade, escritos por seu amigo Engels. A colaboração de Marx se estendeu até 1862.

Em seu primeiro artigo sobre o colonialismo no Oriente, sobre a Revolução Chinesa em 1853, Marx parece considerar os “erros” dos ingleses como falhas técnicas no planejamento de sua atuação neste e noutros territórios colonizados.⁶ Ou seja, o papel “construtor” e “positivo” da colonização esbarraria nos equívocos administrativos e mercantis dos ingleses e de outros

⁵ Karl Marx. O domínio britânico na Índia. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961, v. I, p. 291.

⁶ Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. Córdoba: Cuadernos de Passado y Presente, 1973, p. 12. (*New York Daily Tribune*, NYDT, 14 jun. 1853).

colonizadores europeus. Ou seja, uma falha no uso da administração racional e do capitalismo revolucionário na colonização do Oriente. O início e a conclusão do artigo são curiosos: dialeticamente é o Oriente (no caso, a China) que vem ressaltar e expor os absurdos, os erros e as contradições do colonialismo e até do capitalismo europeu. Marx comenta uma revolução camponesa que se instaurou na China contra mandarins e donatários de terra. Ao mesmo tempo, movimentos operários pareciam exaltar as lutas de classe na Europa capitalista: uma situação em que qualquer fagulha poderia detonar a revolução, desde que pusesse cruamente à vista as contradições da sociedade burguesa — mesmo que fosse uma revolta camponesa na China.⁷

Nos artigos de Marx sobre as Guerras do Ópio, guerras movidas pela Inglaterra contra a China, dois elementos se destacam: primeiro, outra vez a crítica aos erros administrativos e políticos do colonialismo inglês; segundo, a crítica quase moral às provocações dos ingleses aos chineses, que geraram as Guerras do Ópio. Ao tratar dos chineses, Marx reage com mais simpatia aos nativos do que em relação aos indianos. Várias podem ser as causas: o maior avanço da civilização chinesa em comparação à indiana; o autogoverno do Império chinês contra a sociedade indiana fragmentada e milenarmente dominada por conquistadores estrangeiros; a truculência das incursões dos ingleses contra a China em que nem mesmo os resultados econômicos são satisfatórios — na Índia, ao menos um papel construtor dos ingleses parecia visível.

Ainda em 1857, Marx escreve uma série de artigos sobre o início da segunda Guerra do Ópio (1856-1858). Inicialmente, ele narra e comenta as provocações inglesas, como já não bastasse o absurdo do comércio do ópio, que vinha causando horrendos resultados na população chinesa. Na primeira Guerra do Ópio (1839-1842), o pretexto fora a queima dos depósitos de ópio de estrangeiros em Cantão ordenada pelas autoridades chinesas. Anos depois, por um pífio pretexto, navios ingleses bombardeiam sem piedade a cidade de Cantão, iniciando a segunda Guerra do Ópio. Um navio pirata, ao ser abordado por autoridades chinesas, hasteia a bandeira inglesa, tentando se passar por um navio inglês. Alegando desrespeito ao tratado de extraterritorialidade e à bandeira inglesa, mesmo após a soltura dos presos e

⁷Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. Op. cit., p. 12.

da libertação do pretense navio inglês, autoridades britânicas ordenam o bombardeio de Cantão.

Começa então a funcionar a grandiosa ironia de Marx, sem perder de vista a denúncia dos abusos do colonialismo. Primeiro ele reproduz o discurso do primeiro-ministro inglês, Lord Palmerston, que tenta justificar o ataque a Cantão. A pretensa atrocidade de prender um navio pirata justifica a “necessidade” de um bombardeio que varre um sem número de vidas inocentes de chineses alheios a estas questões de honra fabricadas. Diz agora o próprio Marx, completando o irônico e devastador raciocínio: “os inofensivos cidadãos e os pacíficos comerciantes de Cantão foram exterminados, suas casas demolidas e violadas as declarações humanitárias, com o frágil pretexto de que ‘os atos agressivos dos chineses põem em perigo a vida e a propriedade dos ingleses!’ ”.⁸

Por fim, Marx critica violentamente a imprensa inglesa que prefere esconder ou deturpar o que seria o lado mais verdadeiro da questão: a violação de todo e qualquer tratado pelos ingleses em relação aos territórios sob sua influência; os resultados devastadores do tráfico do ópio; os subornos de funcionários e autoridades nativas; os crimes políticos e o sistema de torturas em várias colônias etc.

Em 1858, Marx publica dois artigos que seriam um resumo da história do tráfico de ópio com a China, acrescentando comentários sobre os resultados não tão animadores para o comércio ocidental das guerras de rapina movidas contra a China e o endividamento crescente dos ingleses com suas colônias (sinal do “fracasso” da política colonial adotada). Quando as autoridades chinesas procuram resistir à imposição do tráfico da droga, Marx traça um curioso comentário sobre a defesa da moralidade e do bem-estar da população, ameaçados pelos desejos mercantis dos ocidentais: “Ainda que os semibárbaros defendessem os princípios da moralidade, os civilizados opunham com o princípio do lucro”.⁹ Hoje parece mais fácil demonstrar que não se tratava tanto da imoralidade do tráfico de drogas contra a moralidade de um Império responsável, mas, antes de tudo da necessidade da Grã-

⁸ Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. Op. cit., p. 105. (NYDT, 10 abr. 1857).

⁹ Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. Op. Cit., p. 190. (NYDT, 20 set. 1858).

Bretanha penetrar a todo custo no mercado chinês e “expulsar a China do alto comando da economia do Leste da Ásia”.¹⁰ Por sua vez, as Guerras do Ópio serviram para a Inglaterra impor tratados comerciais extremamente desiguais à China, os quais puseram por terra aquilo que o Império chinês mais pretendia defender, o secular superávit de sua balança comercial.

De qualquer modo, repetiu-se com a China o que já havia acontecido em relação ao genocídio dos índios na América pelos espanhóis e portugueses, e também na exploração de crianças, mulheres e homens com a Revolução Industrial: a justificativa do lucro, do comércio, da indústria e da “liberdade de mercado” supera qualquer argumento moral ou humanitário. Trata-se do caráter imoral, injusto e desumano do capitalismo que tanto repugna Marx, mas que ao mesmo tempo o atrai, por ser uma seqüela de sua capacidade de varrer qualquer tradição imposta e toda economia estática, de sua capacidade de proporcionar uma “revolução” contínua da vida social.

Este princípio imoral do capitalismo, além dos navios de guerra ocidentais, leva a corrupção ao seio da burocracia chinesa, causando em Marx quase que um lamento pela derrocada de tão imemorial construção patriarcal e incorrupta, que era a administração imperial chinesa.¹¹ Através destas estratégias, o comércio de ópio que rende, em 1816, 2 milhões e meio de dólares, renderá, em 1858, o total de 35 milhões de dólares.

Um dos últimos artigos de Marx sobre o colonialismo editado pelo *Daily Tribune* trata do que seria a terceira Guerra do Ópio (1859-1860). A tônica do artigo é a nova provocação dos ingleses: uma frota de navios britânicos, inclusive de guerra, penetra o rio Peiko em direção à capital Pequim – clara afronta aos acordos e à soberania chinesa. Os chineses atacam a frota depois de muitos avisos. A já execrada imprensa londrina exige retaliações e a cabeça dos generais chineses.

Além da China e da Índia – o segundo será discutido logo adiante –, outros povos e regiões orientais atingidos pelo colonialismo europeu foram tratados por Marx. Há um artigo sobre a Birmânia, outro sobre a guerra

¹⁰ Giovanni Arrighi et alii. *As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial*, In: Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto e UFRJ, 2001, p. 238.

¹¹ Ver Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. *Op. cit.*, p. 157. (NYDT, 25 set. 1858).

anglo-persa e citações sobre o Afeganistão, textos que confirmam os aspectos essenciais da visão de Marx sobre o colonialismo no Oriente, como o comentário sobre a guerra que os ingleses moveram contra a Birmânia: “De todas as expedições bélicas dos ingleses no Leste, nenhuma foi empreendida por motivos menos justificados que as dirigidas contra a Birmânia (...) Para tanto não são necessários mais argumentos que a necessidade de emprego para uma aristocracia ministerial, a de criar, como disse um escritor inglês, ‘um verdadeiro asilo de casta, um *Hanpton Courte*¹² no leste”¹³.

Ao final deste artigo, Marx critica os defeitos da colonização inglesa através da decadente Companhia da Índia Oriental, que vinha minando cada vez mais os tesouros ingleses com empréstimos, encargos e guerras. Marx antecipa o fim da Companhia e reformas radicais necessárias no Império inglês do Oriente.

Dois dos artigos de Marx sobre a Índia são seus mais famosos escritos sobre o tema da relação Oriente/Ocidente. São “O domínio britânico na Índia” (NYDT, 25 jun. 1853) e “Futuros resultados do domínio britânico na Índia” (NYDT, 28 ago. 1853).

Antes de analisar mais detalhadamente estes dois artigos, comento um pouco outros escritos de Marx sobre a Índia. A maioria trata da administração da Companhia da Índia Oriental britânica, seus problemas, sua decadência e os debates parlamentares sobre sua reforma e extinção (sete artigos no NYDT). Dois artigos tratam da rebelião dos indianos de 1857 e dois tratam dos desastres disciplinares dentro do exército inglês na reprimenda desta rebelião. Finalmente, temos um artigo sobre o sistema de torturas dos ingleses para arrecadação de impostos na Índia.

Dois artigos de junho de 1853 tratam da discussão parlamentar sobre a reforma na Companhia das Índias. Diz Marx que, pela primeira vez desde 1783, a Índia torna-se um problema ministerial para a Inglaterra. Em artigo de julho de 1853, Marx discute o que chama de duplo governo na Índia: um da Companhia da Índia Oriental, outro do governo inglês. Refazendo a história desta Companhia, Marx demonstra como, num primeiro momento,

¹² Nome da residência dos reis ingleses entre os séculos XVI e XVIII.

¹³ Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. *Op. cit.*, p. 65. (NYDT, 30 jul. 1853).

foi importante a atuação destes comerciantes aventureiros e gananciosos que combateram a concorrência holandesa na Índia, abrindo caminho para o controle inglês do sub-continente. Mas, desde o final do século XVII, a Companhia vinha demonstrando enfraquecimento. Ao analisar a estrutura diretorial da Companhia da Índia, bem como dos órgãos governamentais que a fiscalizavam, Marx conclui que um pequeno número de poderosos burgueses é quem controlava realmente a administração inglesa na Índia – assim como, talvez diria Marx, controlava o governo inglês na Inglaterra. Além da burguesia financeira inglesa, funcionários e burocratas da direção da Índia tinham os seus benefícios pessoais. Tratam-se de “criaturas do escritório e criaturas do favoritismo” que afogam os indianos com impostos, ainda assim não livrando a Companhia da Índia de prejuízos e de constantes novos pedidos de empréstimos parlamentares.

A Companhia somente será abolida em 1858, quando é criado o cargo de Ministro da Índia, iniciando uma nova etapa do domínio britânico no Oriente. Mas, antes que isso aconteça, Marx escreverá a maior parte de seus artigos sobre a Índia – denunciando, por um lado, os crimes do domínio britânico e a ineficácia da administração da Companhia, e, por outro lado, apontando a necessidade de reformas administrativas que finalmente implicassem num papel construtor mais efetivo dos ocidentais no Oriente.

Cinco dias depois do artigo acima citado sobre a Companhia da Índia, é publicado “O problema da Índia Oriental” no *Daily Tribune*. Agora Marx mostra o debate, na Inglaterra, sobre o avanço das possessões diretas do governo inglês na Índia, entre políticos e pensadores reformistas – que denunciavam a expansão como um crime – e os homens de negócio – que a defendiam como uma necessidade nacional (na verdade, para seus negócios).

Marx, até inesperadamente, desvia-se da discussão moral sobre essa nova expansão britânica, e esquiva-se de defender rajás, marajás, príncipes e cortes nativas que são depostos e até mortos pelo exército inglês, que procura substituir a administração indireta pela posse direta destes territórios indianos. Para Marx, não existe algo que menos possa ser defendido que o “despotismo oriental” – a fonte de Marx são os contos das “Mil e Uma Noites”: “Não resulta estranho que os mesmos homens que denunciam ‘os bárbaros esplendores da Coroa e aristocracia na Inglaterra’, derramem lágrimas ante a queda dos nabades, rajás e jangidares (...) Não existe no mundo despotis-

mo mais ridículo, mais absurdo e infantil que o destes shahzamans e shahrias das Mil e Uma Noites”.¹⁴

A análise objetiva de Marx, na verdade, vem defender o domínio britânico sobre os indianos, desde que com uma administração mais eficaz e, caso fosse possível, menos sanguinária. Os pequenos déspotas orientais são a tradição imemorial e estática nativa, que deve ser arrasada, não usada como fonte indireta de rapina do povo indiano: “os príncipes nativos são o baluarte do abominável sistema inglês atual e o maior obstáculo para o progresso da Índia”.¹⁵

Marx volta a escrever sobre a Índia em 1857, sobre a revolução dos cipayos dentro do Exército indiano, que deu início a uma guerra pela independência nacional. A Inglaterra vinha aumentando os abusos e violências contra a população indiana, anexando novos territórios e implantando um sistema de torturas para arrecadação de impostos. A violação de costumes seculares e sagrados do povo indiano foi a gota d’água para o início da insurreição popular de 1852 a 1859, somada à sublevação dos cipayos dentro do exército colonial.

Como retomarei, em 1853 Marx definira a Índia como uma Itália de dimensões asiáticas: recortada por pequenos territórios e tribos separadas e até hostis entre si, afora os antagonismos entre raças, castas e religiões dentro do que seria a Índia. Na verdade, a unidade da Índia era dada pela contigüidade do território conquistado pelos estrangeiros – no século XIX, os ingleses. A Companhia da Índia e o governo inglês aproveitavam-se destes inúmeros antagonismos para enfraquecer resistências contra seu colonialismo, lançando nativos contra nativos e aproveitando-se dos resultados. Ou seja, a máxima romana de “dividir para governar” foi largamente usada pela Grã-Bretanha para formar seu império na Índia.

Mas, naquele momento, a Inglaterra já tinha conquistado toda a Índia. A Companhia da Índia “já não conquistava mais, pois havia convertido-se na conquistadora”.¹⁶ Assim, os indianos – secularmente divididos

¹⁴ Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. Op. cit., p. 62. (NYDT, 25 jul. 1853).

¹⁵ Idem.

¹⁶ Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. Op. cit., p. 121. (NYDT, 15 jul 1857).

– pela primeira vez podiam encarar-se como um mesmo povo sob o jugo dos ocidentais.

No ano seguinte, Marx manda publicar dois artigos narrando a incursão do exército inglês na província de Oudh, reprimindo o exército cipaio sublevado. Neste artigo de 28 mai. 1858 (“A Anexação de Oudh”) e no de 25 jun. 1858 (“O Exército Britânico na Índia”), Marx ataca com toda sua ironia e indignação moral a “missão civilizadora” do Ocidente. O jornal *London Times*, para estupefação de Marx, fala dos saques a Luckhow como uma compensação aos soldados por suas privações anteriores e seus esforços heróicos. Por mais de uma semana, a indisciplina reina no exército, que não obedece nem mesmo aos generais. Enquanto isto, o exército dos rebeldes foge para novos redutos. E, aquilo que deveria ser causa dos mais sérios castigos, é justificado como uma merecida recompensa. O comentário final de Marx é arrasador. A “civilização” ocidental mostra sua verdadeira face, mais brutal e bárbara até que o sanguinário Gengis Khan: “As hordas guerreiras de Gengis Khan e Timu, ao lançar-se sobre uma cidade como uma manada de feras e devorar tudo o que encontravam à sua frente, devem de haver sido uma benção para um país, em comparação com a irrupção desses soldados cristãos, cavaleiros, civilizados e cortesês”.¹⁷

A diferença crucial, entretanto, e que o próprio Marx retoma, é que os ingleses, apesar de promoverem as mais terríveis pilhagens sob as mais injustificadas declarações de guerra, transformariam depois da conquista as suas pilhagens em um sistema organizado e institucionalizado de administração colonial. Característica do colonialismo semelhante ao próprio capitalismo, que se impõe na modernidade de modo avassalador, desrespeitando seus próprios princípios de propriedade, racionalidade e civilização – somente para instaurar-se de modo mais eficiente e vital.

Logo nas primeiras páginas do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels enfatizam a importância que a colonização do Oriente e das Américas teve para o desenvolvimento do próprio capitalismo europeu. Em *O Capital* será a chamada acumulação originária ou primitiva. As mercadorias, a riqueza multiplicada e a indústria nascente, graças a este primeiro momento do capitalismo comercial, transformam não apenas a face das civilizações do

¹⁷ Karl Marx e Friedrich Engels. *Sobre el Colonialismo*. Op. cit., p. 178. (NYDT, 25 ago. 1858).

Oriente e dos “selvagens” da África e América, mas a própria estrutura feudal, atrasada e tradicional da sociedade européia. “A descoberta da América, a circunavegação da África, abriram um novo campo de ação à burguesia nascente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias, em geral obedeciam ao comércio, à navegação, à indústria, um impulso jamais conhecido antes e, em consequência, favoreceram o rápido desenvolvimento do elemento revolucionário na sociedade feudal em decomposição.”¹⁸

O “Oriente”, juntamente com a colonização das Américas e, no caso inglês, da Irlanda, aparece como essencial elemento explicativo das origens do capitalismo industrial em Karl Marx. A conquista e a formação de mercados na Europa e nas novas colônias – estas até então sufocadas pelas rapinas e feitorias dos europeus – vêm estimular a evolução e o espantoso crescimento das manufaturas e indústrias, principalmente na Inglaterra. Esta grande indústria, como vimos, aliou-se ao sistema colonial de exploração do “Oriente” e estaria formando o que Marx já chama de “mercado mundial”.

A nova civilização de tipo burguês vem acompanhando esta expansão da grande indústria, não atingindo apenas os centros europeus – certamente os lugares mais transformados pelas revoluções burguesas – mas atingindo, ou prometendo atingir, qualquer reduto em qualquer lugar do mundo onde comerciantes, cónsules e canhoneiras ocidentais queiram chegar: “A grande indústria criou o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou o terreno. O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, às comunicações por terra”.¹⁹

O Oriente, as Américas e a África são, neste momento, uma explicação causal do surgimento do capitalismo na Europa – foi a Europa que exerceu o papel de dominadora e exploradora colonial, é ela quem teve seus recursos materiais, forças de produção e poder bélicos multiplicados pelo contato entre civilizações e povos de diferentes partes do globo na Idade Moderna. Ao mesmo tempo, estas regiões do Leste e do Novo Mundo são a matéria

¹⁸ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*, Petrópolis: Vozes, 1988, p. 67.

¹⁹ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Op. cit., p. 68.

bruta ou formas “estáticas” de cultura e sociedade a serem varridas pela fantástica revolução burguesa, cujo foco de origem e de expansão vinha sendo a Europa.

A justificativa desta expansão imponderável do tipo de civilização ocidental pelo globo é, inicialmente, a própria força motriz inesgotável que o capitalismo cria e recria – o capitalismo é, ele próprio uma força devastadora e recriadora de tudo e de todos, conforme “necessidades” oriundas dos seus princípios de funcionamento. O problema, ou o perigo, desta definição – o capitalismo como imponderável avanço sobre todo o globo (o que não deixa de ser verdade, em vários sentidos) – é que ela pode passar de uma explicação “científica” e “objetiva” das transformações mundiais para uma justificativa filosófica e moral do poderio da civilização ocidental.

A burguesia – normalmente dilacerada pela ironia de Marx – é, num primeiro momento, elevada ao topo da História Mundial no *Manifesto Comunista*, tornando-se a classe portadora desta missão revolucionária e “civilizadora” que é o capitalismo. Logicamente, o grande porém de Marx à missão da burguesia é que o seu papel seria meramente preparatório da Revolução Comunista que finalmente traria a emancipação humana: “A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário. Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas (...) A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção; portanto todo o conjunto das relações sociais (...) O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes.”²⁰

“Tudo que é sólido desmancha no ar”, completam Marx e Engels, uma frase tomada por Marshall Berman como epígrafe da modernidade – sob a secularização, a monetarização e a mercantilização da vida tudo se torna instável e sujeito à superação.²¹ Além disto, nada deve ser limite ou obstáculo a atuação desta força encarnada pela burguesia – nem mesmo o “Ori-

²⁰ *Idem*, p. 69.

²¹ Marshall Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

ente”, com suas tradições e sua economia estática: “A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte”.²²

Assim, baseando-se também em outras obras de Marx, o capitalismo e a sociedade burguesa possuem uma diferença crucial em relação aos outros povos e sociedades: o dinamismo extremo e contínuo de sua economia e, conseqüentemente, das suas relações sociais – fruto da mercantilização e, como diria Max Weber, da dessacralização e destradicionalização da vida.

Quanto aos povos “selvagens”, estas diferenças pareciam mais claras para o homem europeu do século XIX. A grande dificuldade da lógica ocidental foi entender e, finalmente, justificar a pilhagem e até a destruição de civilizações orientais que, em inúmeros aspectos, eram superiores, mais humanizadas e até mais eficientes que a civilização ocidental. Para isso foi em parte útil o critério do “dinamismo”, tido como ausente nas sociedades orientais: suas economias eram tradicionais, reiteravam-se no tempo. Completam este critério a denúncia da vida ainda “encantada” e tradicional dos povos orientais – argumentos de pretensa objetividade e muito mais eficazes à linguagem sociológica que os mais escandalosamente preconceituosos argumentos “racistas”.

O “Oriente” é, então, homogeneizado na figura de um imenso território contíguo de vida presa e determinada pela tradição e pelo sagrado – como se os orientais levassem desde o início dos tempos a mesma vida. Mais do que baseada em fatos reais, entretanto, essa concepção redutora e homogeneizadora do Oriente é fruto de séculos de conflitos entre Leste e Oeste, e de séculos de criação e definição da “cultura” e da “sociedade ocidental”. Nada mais, nada menos, que parte substancial da obra de Karl Marx e Max Weber, ou seja, suas definições da “sociedade burguesa” ou “ocidental”, são frutos também (não apenas) de uma imagem não necessariamente real do “Oriente”: estático, tradicional e encantado.

Voltando ao *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, depois do elogio à capacidade revolucionária da burguesia, os autores passam a criticá-la, pois,

²² Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Op. cit., p. 69.

apesar de todas as suas promessas no passado e no presente, esta ainda não é a sociedade ideal, a sociedade na qual o ser humano se realiza. Pelo contrário, partindo de promessas de emancipar o homem, a sociedade burguesa atinge o mais alto grau de exploração do homem.

Mais do que frisar a solução de Marx para esta contradição da sociedade burguesa, gostaria de passar para um ponto nem sempre destacado do seu pensamento. Ao passar para análises mais pontuais, na Europa ou nas suas colônias, Marx é capaz de criticar a burguesia ou as forças políticas que a representam também por elas subverterem os seus próprios princípios civilizadores – propriedade, Direito, segurança etc. – para impedir a ascensão ou o poderio de outras classes sociais, diga-se, o proletariado europeu. Também, aplicando esta mesma crítica pontual às burguesias nacionais, Marx critica as forças coloniais ocidentais quando elas exacerbam apenas seu papel “destruidor” no Oriente, prejudicando o lado positivo e “civilizador” que deveriam trazer junto de si.

Viram-se algumas destas críticas nos artigos de Marx sobre a China. Mas, creio eu, onde as críticas contra a burguesia que subverte os princípios da sua própria sociedade estão mais elaboradas, inclusive liricamente, é na obra sobre a Comuna de Paris de 1871: *A Guerra Civil em França*.²³ Vale a pena retomar os comentários de Marx sobre os absurdos cometidos contra a “civilização”, a soberania nacional francesa e os direitos humanos pela *gang* de Thiers contra o governo proletário da Comuna de Paris. A burguesia francesa, que já tinha outorgado sua liberdade política por ocasião do golpe de Luís Bonaparte, é capaz até de abrir mão da soberania nacional, caso isto fosse necessário para impedir a revolução proletária: “A civilização e a justiça da ordem burguesa mostram a sua luz sinistra sempre que os escravos desta ordem se levantam contra os donos. Então, esta civilização e esta justiça afirmam-se como a selvageria sem máscara e a vingança sem lei”.²⁴

Qual seria a natureza destas críticas quase morais de Marx à atuação bárbara da burguesia na repressão do proletariado, dos nativos colonizados ou na abertura de novos mercados no Oriente? Se a tônica de Marx é que

²³ Karl Marx. *A guerra civil em França*. Lisboa: Avante!, 1971.

²⁴ *Idem*, p. 123.

esse lado “bárbaro” traz consigo a “civilização” burguesa, no entanto, muitas vezes desprende-se uma crítica à burguesia e ao colonialismo ocidental que se bastam no papel destruidor, repressivo e de pilhagem. No *Daily Tribune*, isto pode parecer mais uma crítica particular à Inglaterra, às vezes ao lado de uma conclamação a reformas necessárias na sua administração colonial. Em outros textos, como na própria *Guerra Civil em França*, isto pode se tornar um sinal do esgotamento da energia revolucionária do capitalismo, o refluxo da burguesia a uma classe conservadora e a iminência de uma crise final do capitalismo: “A mão de ferro dessa soldadesca mercenária pode conter por um momento as duas classes debaixo duma comum repressão. Mas a luta retomar-se-á sem cessar, com um esplendor sempre crescente, e não pode haver dúvida quanto ao vencedor final; o pequeno número dos monopolistas, ou a imensa maioria trabalhadora”.²⁵

Se a maioria dos artigos de Marx sobre o colonialismo pouco acrescenta a esta indignação moral diante da ordem burguesa, em dois artigos sobre a Índia uma solução lógica é mais bem esboçada. Enquanto os outros artigos mais criticam os abusos dos mercadores, do ópio, do exército e da imprensa britânica, os artigos sobre “O domínio britânico na Índia” esboçam um sentido mais construtivo e lógico-dialético para esta obra de destruição. Talvez isto explique o maior sucesso destes artigos, inclusive pela ressonância que têm em relação aos trechos já comentados do *Manifesto Comunista*. Trata-se dos trechos finais do segundo artigo mencionado, publicado em 8 ago. 1853 no *Daily Tribune*: “Os devastadores efeitos da indústria inglesa na Índia (...) são evidentes e aterradores. Mas não devemos nos esquecer que esses efeitos não passam do resultado orgânico de todo o atual sistema de produção. Essa produção repousa no domínio supremo do capital. A centralização do capital é indispensável à existência do capital como poder independente. Os efeitos destruidores desta centralização sobre os mercados do mundo não fazem senão demonstrar em proporções gigantescas as leis orgânicas imanentes da economia política, vigentes na atualidade para qualquer cidade civilizada.”²⁶

²⁵ Karl Marx. *A guerra civil em França*. Op. cit., p. 133.

²⁶ Karl Marx. *Futuros resultados do domínio britânico da Índia*. In. Karl Marx e Friedrich Engels.. *Obras escolhidas*. Op. cit., v. 1, p. 292-297.

As leis imanentes da Economia Política são responsáveis por, e quase justificam, a devastação, a exploração, a fome e a morte promovidos pela Grã-Bretanha na civilização indiana. Mais forte que o sentimento moral de indignação e de humanitarismo, deve ser a compreensão objetiva do sentido da evolução do capital, o entendimento de suas leis encobertas, mas inexoráveis, e – por que não? – o sentimento de esperança do devir necessário da utopia comunista. Racionalismo científico e sentimentos utópicos unem-se em Karl Marx para a aceitação, apesar dos poréns, da violência burguesa, da devastação de civilizações, culturas e gentes “orientais” – condenados pelo simples fato de oporem-se à expansão infalível do capitalismo e do colonialismo ocidental com seu tradicionalismo e sua vida social paralisada.

Marx pede aos leitores que deixem um pouco de lado a piedade que possam sentir pelos famintos e mortos nesta “revolução” devastadora dos ingleses na Índia, e observem objetivamente que essas pequenas comunidades econômicas sempre foram “uma sólida base para o despotismo oriental”, ou seja, sempre foram uma “anticivilização”: “Não devemos esquecer (...) que essas idílicas comunidades rurais, por inofensivas que parecessem, constituíram sempre uma sólida base para o despotismo oriental; restringiram o intelecto humano aos limites mais estreitos; convertendo-o num instrumento submisso da superstição, submetendo-o (...) à escravidão de regras tradicionais e privando-o de toda grandeza e de toda iniciativa histórica.”²⁷

O indiano, o “oriental”, transformado em “bárbaro”, tem condenadas as suas formas econômicas e culturais – fonte e produto de tradicionalismo, estreiteza intelectual e superstição. Marx se insere na torrente intelectual do “orientalismo” que faz o Ocidente definir sua identidade superior e conscientizar-se de sua missão civilizadora e regeneradora do globo, possibilitando a superação dos modos de vida apáticos, conformados e medrosos. Condena-se o “oriental” por sua estreiteza moral e histórica, por sua religião imbecil e por sua falta de “humanidade”. “Não devemos nos esquecer que essas pequenas comunidades estavam contaminadas por diferenças de casta e pela escravidão, que elas submeteram o homem às circunstâncias exteriores em lugar de fazê-lo soberano das mesmas circunstâncias, que converte-

²⁷ Karl Marx. O domínio britânico na Índia. *Op. cit.*, p. 290.

ram um estado social que se desenvolvia por si só num destino humano imutável, criando um culto grosseiro da natureza, cuja degradação salta (...) vista no fato de que o homem, o soberano da natureza, cai de joelhos, adorando o macaco Hanuman e a vaca Sabbala.”²⁸

Edward Said, que também cita e comenta detalhadamente este artigo de Marx sobre a Índia, tem uma série de argumentos que mostram como este passou de uma inicial solidariedade para com os indivíduos orientais (uma solidariedade humanista que transforma o “outro” em um igual, ou seja, alguém que também tem direito à vida, a ter sentimentos e a não sofrer) para uma visão “orientalista”, ou seja, uma visão deturpada e redutora de indivíduos humanizados orientais a categorias gerais abstratas como “Oriente” e “oriental” – quando a solidariedade inicial é trocada por considerações caras à visão orientalista (que faz do “oriental” o oposto do “ocidental”).

No artigo publicado em 22 jul. 1853 no *Daily Tribune*, que completa o artigo anterior sobre a Índia, Marx retoma a questão das “obras públicas” como uma necessidade do desenvolvimento da Índia conquistada pelos ingleses. Primeiro Marx explicita que o povo indiano é um povo sem história, dado que sempre esteve sob domínio de conquistadores estrangeiros. A sociedade indiana na verdade era um agregado de antagonismos entre castas, raças, territórios e tribos – forças que se equilibram, mas que emperram qualquer autodesenvolvimento ou autodeterminação dos indianos.²⁹

A teoria do modo de produção asiático de Marx refere-se às sociedades orientais que são organizadas com um Estado centralizador do poder, e cujo poder, pela fraqueza e insuficiência da sociedade, determina esta sociedade. Disto resulta a sociedade asiática como estática, repetindo-se do mesmo modo através dos séculos. Esta idéia da vida social no Oriente como “estática”, ou seja, o predomínio nesta do sincrônico sobre o diacrônico, é algo que aproxima Marx de outro grande cientista social alemão, Max Weber. Assim como Weber, Marx possui alguns textos que apresentam a idéia de que na Europa ocorreram condições muito especiais que resultaram no

²⁸ *Idem*.

²⁹ Karl Marx. Futuros resultados do domínio britânico da Índia. *Op. cit.*, p. 292. (NYDT, 22 jul. 1853).

surgimento do capitalismo, ao contrário das civilizações do Oriente, em que este capitalismo ficou apenas incipiente.

Marx contém também outra idéia do século XIX – o avanço civilizatório do Ocidente sobre um mundo outrora apático ou regido pela barbárie, ou a conversão do Oriente à modernidade: “A Inglaterra tem de cumprir na Índia uma dupla missão: destruidora, por um lado, e regeneradora, por outro. Tem que destruir a velha sociedade asiática e assentar as bases da sociedade ocidental na Ásia”.³⁰

Enquanto os conquistadores precedentes da Ásia eram “bárbaros” e de cultura mais atrasada – e que por isso foram, na sua esfera cultural, “hinduizados” – os ingleses são um povo de “civilização superior”. Graças a isto, os ingleses ficaram imunes à contaminação cultural indiana. É curioso como Marx passa, repentinamente, de um modelo orientalista para um modelo quase evolucionista – mesmo que novamente condene os indianos. Há uma gradação nos níveis culturais: por baixo os bárbaros conquistadores tártaros, turcos ou árabes; um pouco acima a civilização indiana; no topo, a civilização ocidental dos ingleses.

O evolucionismo tem essa possibilidade de, pelo menos, permitir comparações em nível de gradações entre diferentes culturas e civilizações. No entanto, ainda existem as diferenças de superioridade e inferioridade, que, sob aparente critério objetivo, ainda escondem condenações morais e etnocêntricas. Ou seja, a Inglaterra “tinha o direito” de devassar a sociedade indiana, pois era uma civilização superior que viria trazer a evolução social para os indianos – por debaixo dos destroços nativos começaria a tarefa da reconstrução: “As páginas da história do domínio inglês na Índia mal oferecem alguma coisa mais do que destruição. Atrás dos montes de ruínas distingue-se com dificuldade a sua obra regeneradora”.³¹

“E, contudo”, completa Marx, “essa obra começou”. Teria se iniciado com a unidade política mais ampla na Índia conseguida pelos ingleses, em relação aos conquistadores anteriores. Em seguida, o telégrafo elétrico, o treinamento moderno do exército indiano, a imprensa livre, o início da pro-

³⁰ *Idem.*

³¹ *Idem*, p. 293.

priedade da terra (apesar dos seus problemas), o início da educação ocidental aos nativos, o transporte a vapor e, o que Marx mais destacará, a promessa da construção de inúmeras estradas de ferro na Índia.

Para Marx, agora a burguesia industrial – o baluarte da Modernidade – teria “descoberto” a fórmula mágica: a necessidade de obras de irrigação e de comunicação interior na Índia, o que a tornaria um país mais produtivo e, portanto, mais lucrativo aos conquistadores ocidentais. No entanto, e Marx reitera isto, o anseio da burguesia é apenas o aumento de seus lucros com a “modernização” da Índia, e não a melhoria da vida das populações nativas. A “emancipação das massas populares” é tarefa posterior à industrialização capitalista da Índia, do Oriente, do mundo todo talvez – a Índia, o Oriente, são colocados na pauta das Revoluções Proletárias ou da Revolução Comunista.

Para esta emancipação ser possível, continua Marx, será necessário uma revolução ou na Inglaterra ou na própria Índia – o curioso é que na Índia tal revolução poderia ser a luta pela independência nacional: “Os hindus não poderão colher os frutos dos novos elementos da sociedade, que semeou entre eles a burguesia britânica, enquanto na própria Grã-Bretanha as atuais classes governantes não forem desalojadas pelo proletariado industrial, ou enquanto os próprios hindus não forem bastante fortes para acabar de uma vez para sempre com o jugo britânico.”³²

Mas, a julgar pelos comentários que se seguem – quando o orientalismo novamente invade os escritos de Marx –, o indiano só fará uma revolução eficiente em prol da sua independência quando não for mais um mero “oriental”, e sim um “ocidental”. Ou seja, quando tiver se tornado um igual a nós – em capacidade cultural e em nível de exploração capitalista do trabalho (pois em Marx essa negatividade do capitalismo é a sua mais forte característica) –, quando seu território tiver sido entrecortado de ferrovias e o seu céu estiver tomado pela fumaça das indústrias.

O “oriental” perecerá inerte, homogeneizado e condenado, enquanto não adquirir em sua essência os elementos básicos que definem nossa identidade ocidental – tornando-se o Oriente uma continuação do Ocidente. Mesmo que seja por meio do turbilhão de mercadorias fetichizadas e que sugam o sangue humano dos consumidores e trabalhadores; mesmo que seja por meio da degradação moral do exército ativo e de reserva dos proletários

na indústria moderna; mesmo que seja por meio da vida mesquinha e esva-
ziada sob o princípio do lucro, do comércio ou da razão egoísta; mesmo que
seja por meio do terrorismo de varrer qualquer tradição, convicção religiosa
ou princípio ideal que não se adapte às exigências das “leis” da Economia
Política.

Contudo, o mundo não se homogeneizou diante do aterrador capitalis-
mo. Pelo contrário, diriam muitos economistas e cientistas sociais, o próprio
capitalismo criou heterogeneidades gritantes entre países e regiões do globo
onde penetrou.

O Ocidente ainda não se definiu diante do Oriente. Este, o Oriente, ain-
da continua um “mistério”; até hoje não está bem localizado. Ele ainda varia
entre ser visto como um inimigo perigoso (como os Estados Unidos encaram
hoje os muçulmanos), como um território a ser explorado e transformado em
“mercado” (como hoje a China e, de certo modo, o Leste Europeu), ou como
um concorrente dentro do “mercado mundial” capitalista (o Japão).

Enfim, a obra marxiana – e o próprio marxismo – é também, mas não
apenas, outro elemento importante colocado no jogo complexo das relações
entre Oriente e Ocidente. Jogo que não terminou, que envolve territórios e
seres humanos, culturas, tradições e utopias, realidade e imaginário. É claro
que o marxismo não se resume a um amálgama de orientalismo, eurocentrismo
e evolucionismo – longe disto. O próprio marxismo sempre serviu – e conti-
nua funcionando – como forte elemento de crítica à modernidade e à
ocidentalização do mundo. Mas, ter mais claro os limites desta crítica no
próprio Marx, talvez nos ajude a utilizar o que ainda há de revolucionário
no pensamento marxista para entender os desafios de nossa própria era –
tentando, ao menos, não recriar preconceitos e se deixar assaltar por con-
trabandos intelectuais que a devida distância no tempo poderia evitar.